

RESUMO ALARGADO

Qual o impacto do euro na economia portuguesa e que alternativas para o futuro? Esta é a questão à qual se propõe responder o presente trabalho. Embora no pós-crise o debate económico tenha invadido a opinião publicada, a pertinência deste tema continua a colocar-se devido à fragilidade das alternativas – aos *diktats* que impossibilitam, na esfera da política económica, a países como Portugal adotar uma estratégia que permita atingir taxas de crescimento económico sustentável –, que continuam sem consequências práticas.

Em 2019 comemorou-se o vigésimo aniversário da criação do euro. Contudo, Portugal não tem muitas razões para celebrar. Na viragem do século a convergência deu lugar à divergência e os chamados países da coesão transitaram, quase automaticamente, a países do ajustamento. Subsiste a questão de fundo: o euro constitui um problema para os países periféricos? A resposta é sim, uma vez que funciona como uma camisa de forças para os países do Sul, enquanto representa uma proteção inabalável capaz de permitir à Alemanha manter excedentes comerciais e orçamentais sucessivos sem que a valorização cambial atue para os corrigir, ao mesmo tempo que são exigidos ajustamentos aos países deficitários. É quanto basta para concluir que *o euro é uma moeda forte com os fracose fraca com os fortes*.

Nos últimos anos, Portugal conseguiu convergir com a zona euro a um ritmo módico, i.e., insuficiente para compensar os danos causados pelos anos da *Troika*. O Banco de Portugal prevê que o PIB per capita atinja cerca de 60% da média da zona euro em 2021, um valor mais baixo do que no início da UEM. Perante este cenário, que fazer? É justamente no contexto de experiência falhada da criação de uma união monetária à escala europeia, considerando a forma como prejudicou a trajetória de convergência entre Portugal e a média da UE, assim como as lacunas estruturais no plano institucional, que serão analisadas alternativas.

O país precisa de adotar medidas e soluções concretas – porventura além do que a doutrina económica considera convencional – para responder à lenta recuperação económica. As instituições têm de agir com inteligência, precisão e rapidez. O futuro do país e da Europa será condicionado desta forma. E importa fazê-lo já. No fim de contas, como bem alertava Keynes no seu Tratado da Reforma Monetária: *“o longo prazo é enganador para a conjuntura atual. A longo prazo estaremos todos mortos. Os economistas assumem uma tarefa demasiado fácil e inútil se, nos períodos tempestuosos, apenas nos podem dizer que o mar voltará a ficar calmo quando a tempestade tiver passado”*.

Jacques Delors dizia que a Europa é como uma bicicleta que deve estar em constante movimento. Não obstante, mais de três décadas de neoliberalismo tiveram o efeito de limitar o pensamento acerca da mudança. Recuperando Frederic Jameson, dito de outra forma, *o vazio político tem sido de tal ordem que passou a ser mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim desta subjugação doutrinária*. Como se mais nada restasse aos Estados do que interiorizar o papel irrelevante do espectador. Nada mais perverso. O Estado tem a obrigação de se indignar e, mesmo que se afigure difícil, fazer o que lhe compete se realmente quer prosseguir no euro: encontrar mecanismos para levar a cabo uma política orçamental expansionista quando dela necessitar.

Paira um espectro sobre a Europa. Não, não é o mesmo que Marx refere logo na primeira página do *Manifesto*. Se antes os vilões eram os capitalistas, não será exagerado dizer que, atualmente, esse papel é desempenhado pelos banqueiros centrais e pelos próprios Estados cuja inação é cúmplice da estagnação, da desigualdade e da desintegração do projeto europeu. A Europa está refém de uma espécie de espectro do monetarismo que pode levar à desintegração¹.

Portugal deve, em concertação com os restantes países do Sul (Espanha, Itália, Grécia, Chipre e Malta), se possível com apoio da França, fazer valer o argumento de que o BCE funcione como credor de última instância e capitalizar os Estados, para que estes possam apostar no investimento público e relançar a economia em tempos de estagnação.

É neste estreito corredor de autonomia que emerge o aumento do investimento público através do *Helicopter Money para os Estados*. No entanto, o que aqui se sugere está longe de ser um oásis. Os desequilíbrios estruturais no aparelho produtivo necessitam de reformas de médio e longo prazo, ininterruptas, recuperando a política industrial orientada para a média e alta tecnologia, ao mesmo tempo que a qualificação do capital humano assume a centralidade das políticas públicas.

Ainda vamos a tempo de evitar o trágico destino. Caso contrário, como alertava Medeiros Ferreira, a União Europeia pode desaparecer sem darmos por ela. Afinal, os problemas não são de agora. A União Económica e Monetária apenas acentuou – na senda da terminologia *Orwelliana* –, que todos os países são iguais, mas alguns são mais iguais que outros.

¹ Ver Carney (2016), *The Spectre of Monetarism*: Bank of England.